



# Prefeitura Municipal de Cambé

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Educação

## PROJETO DE LEI Nº 05/2012

Altera e acresce dispositivos à Lei Municipal nº. 2110, de 20 de abril de 2007, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, em conformidade com a Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU,

**Art. 1º** O artigo 2º da Lei Municipal n.º 2.110/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 2º O Conselho Municipal do FUNDEB será constituído de 10 (dez) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas”:*

*[...]*

*VIII - um representante do Conselho Municipal de Educação.*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ,  
aos 02 de fevereiro de 2012.

**João Dalmacio Pavinato**  
Prefeito Municipal



## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Senhor Presidente

E

Nobres Vereadores

Encaminha-se para apreciação e aprovação dessa Câmara Legislativa o presente Projeto de Lei, que tem por finalidade dar nova redação ao art. 2º, da Lei Municipal nº. 2.110/2007, alterada pela Lei n.º 2.138/07, que dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação.

A alteração faz-se necessário para que as leis que regulamentam o Conselho Municipal fiquem em consonância com a Lei Federal nº. 11.494/2007, principalmente no disposto no § 2º, do art. 24, da lei, que possui a seguinte redação: “Integrarão, ainda, os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação...”

Portanto este representante deve ser indicado por seus pares, para compor o Conselho Municipal do FUNDEB, já que Cambé, desde 2010, conta com o Conselho Municipal de Educação ativo.

Dessa forma, faz-se necessário a aprovação deste Projeto de Lei municipal para que o Conselho do FUNDEB caminhe dentro do que determina a Lei Federal.

Ante ao exposto, formula-se o presente para o qual se solicita análise e aprovação.

Cambé, 02 de fevereiro de 2012

**João Dalmacio Pavinato**  
Prefeito Municipal